

A FORMAÇÃO HISTÓRICA DO OESTE PAULISTA: ALGUNS APONTAMENTOS SOBRE A INTRODUÇÃO DA IMIGRAÇÃO JAPONESA¹

Adriano Amaro de Sousa²

Resumo

Este artigo faz uma reflexão sobre a formação histórica do Oeste Paulista buscando compreender a introdução do imigrante japonês nessa região. Verificamos, também, a gênese geoeconômica do território paulista: do bandeirantismo a economia cafeeira. Depois, a ocupação do “velho” e do “novo” Oeste Paulista balizada pela frente de expansão paulista, em especial o “Novo” Oeste Paulista que teve o seu primeiro processo de ocupação pelos índios, posteriormente, pelos mineiros com a criação de gado, logo em seguida, a marcha da economia de monocultura cafeeira que atingiu essa região no início do século XX. Por fim, o surgimento de algumas colônias e municípios dinamizados pelo Estado japonês e pelos migrantes nipônicos.

Palavras-chave: imigração japonesa; geografia histórica; geografia econômica; Oeste Paulista.

Abstract

This article is a reflection on the formation of the historic West Paulista seeking to understand the introduction of Japanese immigrants in this region. We note, too, the genesis of the territory geoeconômica Paulista: bandeirantismo the economy of coffee. After the occupation of the "old" and "new" West Paulista mapped out ahead of expansion Paulista, in particular the "New" West Paulista which had its first case of occupation by Indians, later, by miners with the creation of cattle, Right then, the progress of the economy of coffee monoculture that struck the region at the beginning of the twentieth century. Finally, the emergence of some colonies and municipalities dinamizados State and the Japanese migrants nipônicos.

Keywords: Japanese immigration; historical geography, economic geography; West Paulista.

Introdução

A introdução da imigração japonesa no oeste do Estado de São Paulo deu-se com a marcha da expansão paulista a partir de 1920. Tal possibilidade ocorreu pela dinâmica da economia cafeeira e pela introdução da estrada de ferro.

Essa região foi formada por diversos sistemas econômicos de ocupação: o bandeirantismo, o apresamento de índios, o tropeirismo, a posse de terras devolutas desde 1850, o comércio com gado do Mato Grosso e Goiás, a imigração européia e japonesa e a venda de terras em pequenos e grandes lotes (D'INCAO & NASCIMENTO, 2006).

Nesse sentido, sabe-se, que foi em abril de 1908, que partiu do porto de Kobe no Japão, os primeiros imigrantes japoneses no navio *Kasato Maru* com destino ao Brasil. Vieram, no total, 781 pessoas contratadas e 12 imigrantes livres, que foram recrutados no Japão pela empresa *Kokoku Shokumin Kaisha* (Companhia de Colonização Japonesa). Essa primeira leva de imigrantes desembarcou em junho do mesmo ano no porto de Santos, sendo levados para a hospedaria do imigrante e, posteriormente, encaminhados para as fazendas de café, no interior do Estado de São Paulo (SAITO, 1961).

De modo geral, o presente artigo faz uma reflexão sobre a formação histórica do Oeste Paulista, buscando compreender a introdução do imigrante japonês nesse território. Verificaremos, também, a gênese do território paulista, a ocupação do “velho” e do “novo” Oeste Paulista e, por fim, o surgimento de algumas colônias e municípios dinamizados pelo migrante nipônico.

¹ Este artigo é um desdobramento do relatório de iniciação científica financiada pela FAPESP (2006-2007) e intitulado de “o empresariado nipo-brasileiro no Oeste Paulista: de colono a industrial”, sob a orientação do professor Dr. Eliseu Savério Spósito.

² Mestrando do Programa de Pós-graduação em Geografia da FCT/UNESP – Presidente Prudente. Email: adramaro@yahoo.com.br.

A gênese do território paulista

Historicamente, o território paulista originou-se no século XVI, com a Capitania de São Vicente, tendo como donatário e fundador da primeira vila brasileira (Vila de São Vicente, em 1532), Martim Afonso de Sousa.

A colonização da Capitania de São Vicente começou, como a do Nordeste, pelo litoral, com o plantio de cana e a construção de engenhos. Essa atividade não foi muito longe. O açúcar produzido concorria desvantajosamente, seja pela qualidade do solo, seja pela maior distância dos portos europeus (FAUSTO, 2001, p. 91).

O engenho vicentino entra em crise devido às condições naturais. Com isso, a população da vila foi abandonada pela Coroa Portuguesa. A procura de alimento os portugueses subordinaram os índios e, posteriormente, resolveram subir a Serra do Mar.

Escalada a Serra, eles chegam ao Planalto de Piratininga (800 m), um povoado localizado no interior da Capitania de São Vicente, fundado pelos padres jesuítas Manuel da Nóbrega e José de Anchieta, em 1554. Entretanto, os habitantes da Vila de São Paulo, isolados da Vila de São Vicente pela Serra do Mar, voltaram-se para a produção de subsistência. Porém, as péssimas condições de vida fizeram à população, no limiar do século XVII, aprisionar os indígenas e se organizarem em bandeiras.

As bandeiras eram expedições que reuniam, de modo geral, milhares de pessoas (brancos, índios e mestiços) que adentravam pelo sertão, passando meses e às vezes anos, em busca de indígenas a serem escravizados e metais preciosos. Segundo Fausto (2001, p. 94), *as bandeiras tomaram as direções de Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso e regiões onde se localizavam as aldeias de índios guaranis organizadas pelos jesuítas espanhóis*¹. Os bandeirantes paulistas foram os desbravadores do sertão, suas longas viagens ultrapassaram o Tratado de Tordesilhas, nelas mesclavam aventuras com objetivos puramente econômicos (ouro, captura de índios, missões jesuítas, pecuária, fortes e drogas do sertão).

Em 1695, no Rio das Velhas, próximo às atuais Sabará e Caeté, ocorrem as primeiras descobertas significativas de ouro. A tradição associa a essas primeiras descobertas a Borba Gato, genro de Fernão Dias. Durante os quarenta anos seguintes, foi encontrado ouro em Minas Gerais, Bahia, Goiás e Mato Grosso. Ao lado do ouro, surgiram os diamantes, cuja importância econômica foi menor, descobertos no Serro Frio, norte de Minas por volta de 1730 (FAUSTO, 2001, p. 98).

Em busca do Eldorado, os paulistas levaram quase um século, para encontrar os primeiros metais preciosos em Minas Gerais, despertando, assim, a febre do ouro. No início da atividade mineradora os bandeirantes reivindicaram junto ao rei de Portugal exclusividade na exploração do metal, mas, os estrangeiros e baianos se opuseram, resultando, assim, a Guerra dos Emboabas (1708-9).

Logo, a Coroa Portuguesa assumiu o controle das minas de ouro e os paulistas se dispersaram, muitos foram para Goiás e Mato Grosso em busca de metais preciosos. Nesta fase, houve no Brasil uma mudança no eixo de desenvolvimento econômico: da lavoura canavieira do litoral Nordestino para a mineração no interior das Minas Gerais. Enfim, os paulistas começaram penetrar o interior do Brasil, em especial do atual Estado de São Paulo, devido à facilidade de navegação nos rios Tietê e Paraíba do Sul.

Com o fim do bandeirantismo no país, São Paulo nos séculos XVIII e XIX, volta a ser submetida a um esquecimento por parte do governo da metrópole, que privilegiava a política fiscal do Estado de Minas Gerais devido a sua vultosa produção de ouro. Tal período foi novamente de ruína para a capitania paulista (ABREU 1988 *apud* D'INCAO & NASCIMENTO 2006).

No entanto, São Paulo teve uma grande importância regional, quando a estrada que ligava Sorocaba a Porto Alegre passou a viabilizar às tropas de mula e gado, onde Sorocaba virou uma parada obrigatória para os tropeiros. A relação entre o tropeirismo e a mineração ocorreu com a formação do eixo de Porto Alegre a Minas Gerais, consolidado por Sorocaba, que ligava esse comércio de tropas e charques; também, com o Rio de Janeiro e o Espírito Santo. Posteriormente, com a introdução da linha férrea, esse

¹ A maior bandeira de Manuel Preto e Antônio Raposo Tavares ocorreu em 1629, quando eles atacaram a missão de Guairá, no Oeste do Estado do Paraná. Tal expedição tinha como finalidade capturar índios para vender como escravos em engenhos e fazendas. Esta bandeira era composta por 69 brancos, 900 mamelucos e 2 mil indígenas. Por outro lado, o paulista Domingos Jorge Velho comandou, de 1690 a 1695, a destruição do Quilombo dos Palmares, localizada entre Alagoas e Pernambuco. Sua expedição tinha caráter militar, pois, combatiam os índios "rebeldes" e os quilombos para o rei de Portugal. Como consequência disso, o bandeirante Domingos Velho recebeu terras no Piauí, onde se tornou um grande criador de gado (FAUSTO, 2001).

tipo de comércio entra relativamente em declínio, mas não acaba, uma vez que o trem alimentou de forma reduzida essa atividade até 1930.

A ocupação e a formação do Oeste Paulista...

A ocupação do Oeste Paulista aconteceu na segunda metade do século XIX e, segundo Monbeig (1984), foi permeada por dois precursores: os índios e os mineiros.

Os índios foram os verdadeiros pioneiros, os primeiros a queimarem a mata e aproveitaram o solo. Povoaram essa região, os índios Kaingangs, os Cayuás (Guaranis) e os Xavantes.

O grupo mais importante era o dos tupis-guaranis, designados com caingú ou cayú, denominação posterior aos primórdios da evangelização. Estavam disseminados pela bacia do Paraná, ao sul do Tietê. Habitavam terras mais a leste os tupiniquins, que tinham adotado a língua tupi-guarani. Esses tupis tinham submergido, mas não destruído, populações preestabelecidas, que pertenciam às diversas ramificações da nação jê. Por entre elas, os caiapós dominavam às diversas partes dos planaltos compreendidos entre o rio Grande e o Tietê. Mais dispersos, formavam os xavantes, designados pelo nome de coroados, a partir do século XVIII, distribuíram-se tanto pelos planaltos paulistas, como pelas regiões do Paraná e do Brasil Meridional. No fim do século XIX, encontravam-se cinco pequenos grupos deles, entre o rio Peixe e o Aguapeí (MONBEIG, 1984, p. 130).

Na região, os kaingangs, que habitavam todo o vale do rio Peixe, foram chamados de coroados pelos antropólogos, provavelmente, porque tinham um corte de cabelo que incluía uma coroa no topo da cabeça. Esta tribo enfrentou e resistiu a colonização branca. Já os Cayuás que habitavam o vale do rio Paranapanema, à sua direita, tinham terras de campos agricultáveis, foram os primeiros a desaparecer. Por último, os Xavantes, considerados sociáveis, ocupavam toda bacia inferior do Rio Pardo (Mato Grosso) atravessando o rio Paraná (São Paulo) indo se estabelecer nos campos de Jaquaretê e Laranja Doce (D'INCAO & NASCIMENTO, 2006). De modo geral, os índios ofereceram uma grande resistência. Quase sempre foram sangrentos os contatos entre índios e pioneiros. Os verdadeiros habitantes da terra lutaram muito, mas, foram dizimados pelos colonizadores.

Por outro lado, os mineiros vieram para o sertão do Estado de São Paulo a partir de 1850, em virtude da decadência da mineração, pois crescia a pobreza nas regiões das Minas Gerais, e a migração foi a única saída. O impulso para a partida dos mineiros para as novas terras deu-se com as crises políticas do período (Revoltas Liberais 1842). Dessa forma, os mineiros resolveram migrar para o sertão, fugindo, assim, da Guerra do Paraguai (1864 a 1870). Ademais, eles penetraram o território paulista até chegar à bacia do Paranapanema, em especial o vale do rio do Peixe.

À procura de terras, chegou um mineiro, em 1850, a Botucatu, e dali partiu em expedição a São Domingo e mais além. Transpôs o rio Turvo, atingiu pequenos afluentes do Paranapanema (ribeirão do Veado e Taquaral) e em 1856 deu a conhecer os títulos de ocupação de uma vasta gleba, que media 60 quilômetros de frente por 150 de fundo. Depois dessa primeira expedição e munido de títulos que reconheciam seus direitos, José Teodoro de Sousa retornou à terra natal, Pouso Alegre, para reunir os irmãos, cunhados e primos, a fim de povoar seus domínios (MONBEIG, 1984, p. 134).

Os primeiros brancos a penetrar na região para a ocupação foram os mineiros. José Teodoro de Sousa adentrou o Oeste do Estado em meados do século XIX, registrou em Botucatu, a posse de sua gleba que ia do rio Paranapanema até o espigão divisor de águas do Rio do Peixe e vinte cinco léguas do rio Turvo ao Ribeira Figueira (D'INCAO & NASCIMENTO, 2006).

A principal atividade econômica dos mineiros era a criação de gado e o comércio pecuário com o Mato Grosso. Nesse período, as estradas eram ruins, a população branca irrisória, definindo um tipo de ocupação dispersa, onde a presença do índio dificultava o início do avanço pioneiro. Para Monbeig (1984, p. 136), *a precariedade dos transportes e as distâncias impossibilitavam a cultura que, por outro lado, teria exigido demasiada a presença de plantações, com riscos de ataques pelos índios*². A construção da estrada de ferro Bauru - Mato Grosso marca o declínio definitivo dos indígenas e o auge do colonizador.

² Os índios combateram o avanço da cafeicultura a oeste de Bauru até os primeiros anos do século XX, uma primeira penetração ocorreu em 1850, sendo que os brancos foram obrigados pelos índios a se retirarem. Um outro episódio ocorreu perto de Quatá, e mostra que os índios no ímpeto de frear a expansão pioneira, matam o primeiro plantador de café dessa localidade, em 1872 (MONBEIG, 1984).

A marcha pioneira para o Oeste Paulista deu-se com a expansão da cafeicultura, que foi motivada pelos estoques de terras (fazendas, sítios e florestas), pela introdução da mão-de-obra imigrante (italiana e japonesa), pela tecnologia da mecanização agrícola (máquina norte-americana Lidgerwood) e pela construção das estradas de ferro. Ademais, a economia cafeeira³ paulista apresentou uma estrutura capitalista, com grandes propriedades, sua expansão implicou na ocupação das terras interioranas.

A frente de expansão pioneira sem sombra de dúvida foi dinamizada pela linha férrea e pelos fazendeiros. Vieira (1973) entende por frente de expansão paulista o avanço dinâmico da monocultura de café em terras livres do Oeste Paulista que foram pólo de atração do capital e do movimento populacional. Para Monbeig (1984), a frente de expansão é um movimento de ocupação irregular, onde população, plantação, pastagens e florestas remanescentes convivem num mesmo espaço. Porém, essa marcha teve dois momentos no Oeste Paulista: o “Velho” e o “Novo”⁴.

A marcha para o Oeste Paulista

Inicialmente, o Oeste Paulista “Velho” foi formado pelos grandes latifúndios cafeeiros de terra roxa, nos fins do século XIX e início do século XX, estavam localizados próximos dos municípios de Campinas, Limeira, Araras, Itu, Araraquara, Ribeirão Preto, Mococa entre outros.

A sua ocupação deu-se da seguinte forma:

Partindo dos municípios da depressão periférica, avançaram os grandes plantadores, seguindo as vias de penetração natural, que diante deles se abriam. Duas famílias, os Almeida Prado, de Itu, e os Toledo Piza, de Capivari, desceram o Tietê até a entrada deste na serra de Botucatu; descobriam extensas manchas de terra roxa, nas cercanias de Jaú, e nessa região iniciaram a cafeicultura. Ali tinham sido feitas as primeiras plantações, muito modestas, pelos mineiros; em 1895, comprou-as de F. Paulo de Almeida Prado. (MONBEIG, 1984, p. 139-140)

Posteriormente, o Oeste Paulista “Novo” foi marcado pela pequena propriedade e pela ausência de terras roxas, contudo, as terras areníticas virgens tinham uma boa fertilidade, despertaram interesses dos plantadores de café e algodão. A presença da cafeicultura nessa região ocorreu em meados à década de 1920, nos municípios de Araçatuba, Presidente Prudente, Marília, Bauru, Valparaíso, Ourinhos entre outros. Entretanto, nessa fase, a grande propriedade agrícola não desapareceu e o fazendeiro continuou sendo o tipo social para o capital industrial e bancário devido o seu poder e riqueza. Depois da crise de 1929, muitos fazendeiros passaram a investir principalmente na cultura do algodão, alguns deles se dedicaram à criação de gado. Para Salgado (1971), um dos traços marcantes da ocupação do Oeste Paulista⁵, foi o seguinte:

A primeira valorização da região - Oeste Paulista – feita através do pastoreio, por criadores mineiros, deixou, assim, de lado imensas áreas florestais. Na área entre o rio São José dos Dourados e Grande aproximadamente a partir de 1850, fundaram São José do Rio Preto e Viradouro; no espigão mestre entre o Paranapanema e o rio do Peixe, fundaram São Pedro do Turvo, São José dos Campos (hoje Campos Novos Paulista) e Nossa Senhora da Conceição do Monte Alegre. Com outro propósito e visando a outro tipo de terras, não teria, aparentemente, relação alguma com a colonização posterior realizada com o café. No entanto, é preciso lembrar que os criadores mineiros agiram como os primeiros pioneiros da região, facilitando o caminho dos agricultores que os seguiram; os núcleos por eles formados servirão de base para irradiação do povoamento; as picadas que finalmente seus descendentes iriam fornecer, à nova fase de colonização, os elementos de tradição local (MÜLHER 1960 *apud* SALGADO 1971, p. 23-24).

³ A economia cafeeira paulista estava voltada para exportação (Estados Unidos e países da Europa). Esta monocultura teve início no Rio de Janeiro no Vale Fluminense, posteriormente com o avanço da produção atingiu o Vale do Paraíba, em seguida com a demanda do mercado internacional ela se expandiu para o Oeste Paulista, Norte do Paraná e Sul de Minas Gerais.

⁴ Essa denominação de Oeste Paulista “Velho” e “Novo”, procura explicar que o Oeste Paulista “Velho” era considerado toda a região do sertão a oeste do Vale do Paraíba. Já o Oeste Paulista “Novo” segue as coordenadas geográficas e representa de forma satisfatória a atual regionalização do Oeste Paulista (as regiões administrativas do Estado de São Paulo: 8º São José do Rio Preto, 9º Araçatuba, 10º Presidente Prudente e a 11º Marília). E quando nos referimos ao Oeste Paulista citando algumas regiões como Alta Sorocabana, Noroeste e Alta Paulista, estamos falando de um momento da regionalização do Estado de São Paulo baseada nas linhas férreas, já a regionalização atual das regiões administrativas tem como característica a dimensão geoeconômica das áreas do estado.

⁵ A partir dessa fase a região Oeste Paulista segue representando as coordenadas geográficas do Oeste “Novo” balizado na atual regionalização do Estado de São Paulo.

As estradas de carros de boi na frente de expansão paulista foram favoráveis para o desenvolvimento rodoviário dessa região. Além disso, elas se tornaram especialistas na engorda de gado. Segundo Monbeig (1984, p. 305), *as pastagens de engorda de São Paulo estão menos expostas a rigorosas secas do que as do Brasil Central*. Na Alta Sorocabana foi construída a estrada boiadeira, pelo Capitão Francisco Whitaker, ligando o comércio de gado com o Mato Grosso. Posteriormente, em meados dos anos 1950, as grandes indústrias frigoríficas de capital externo se instalam no Oeste Paulista, estimuladas pela ocupação das atividades pecuárias.

Os plantadores de algodão, de certo modo, eram modestos sitiantes, os principais centros produtores da cotonicultura no período, localizavam-se nas zonas pioneiras recentes. Em 1945, os grandes compradores de sementes foram os municípios de Presidente Prudente, Marília, Pompéia, Ranchoraria, Tupã, Guararapes e Valparaíso. A febre do ouro branco (1935-39), apresentava vantagens sobre o café, porque o algodão não imobilizava a produção, não exigia uma grande quantidade de capital e produzia em alguns meses. Isto foi interessante para os sitiantes (pequeno proprietário ou arrendatário) e, também, para os fazendeiros se recuperarem depressa da crise cafeeira e se monetizarem.

É válido ressaltar a importância dos imigrantes japoneses⁶ no sucesso da produção do algodão, *foram eles os principais compradores de terrenos postos à venda pelos fazendeiros e, também, foram os que forneceram o grosso dos arrendatários e dos meeiros* (MONBEIG 1984, p. 289). Eles estavam fortemente organizados em associações culturais e cooperativas agrícolas, em determinados lugares, como Lins, Birigui, Marília, Pompéia, Bastos, Presidente Prudente, entre outras. No entanto, a principal contribuição para o desenvolvimento dos imigrantes nipônicos no Oeste Paulista (seja no assentamento populacional ou na compra de sua produção) foi o capital japonês aqui investido pelo Governo do Japão.

A imigração japonesa realizou-se com o apoio do governo nipônico e a produção de algodão dos pequenos proprietários e arrendatários foi incrementada e financiada por empresas japonesas que adquiriu o produto beneficiando-o e encaminhando-o para o Japão (VIEIRA, 1973, p. 68).

O mercado de terras foi bem organizado pelos loteadores, as grandes fazendas eram fragmentadas e organizadas em glebas. As pequenas propriedades poderiam ser compradas já na Hospedaria dos Imigrantes em São Paulo, com isso muitos nipônicos adquiriram os seus primeiros lotes rurais perto dos patrícios, devido à facilidade e agilidade dos diversos corretores de terras.

Dessas glebas surgiram pequenas colônias em meados das décadas de 1920-1940, formada por imigrantes europeus e japoneses. Dentre elas: a *Colônia Varpa* (1922), próxima de Tupã e formada por letos; o *Colônio Riograndense* (1922), na área de Maracé com alemães e seus descendentes vindos do Rio Grande do Sul; a *Colônia Aimoré e Arpad* (1925), na área de Presidente Venceslau e formada por alemães e húngaros; a *Colônia Aurora e Labiano*, de russos atual município de Santo Anastácio; a *Colônia Veado* (1925), próximo ao município de Caiuá constituída por alemães; a Colônia Borboleta, formada por açorianos próximo do atual município de Bady Bassitt; e, a Colônia *Bunka*, no município de Paraguaçu Paulista e a Colônia *Sankiô*, em Presidente Prudente, foram formadas por imigrantes japoneses (SALGADO, 1971). Muitas dessas colônias se perderam no tempo e no espaço, menos as colônias japonesas dos municípios citados no próximo tópico.

O surgimento de alguns municípios nipo-brasileiros no Oeste Paulista

As principais colônias japonesas no Oeste Paulista surgiram de grandes empresas de colonização: 1) Fazenda Bastos, localizada no município de Bastos; 2) Fazenda Aliança I e II, no atual município de Mirandópolis; e, 3) Fazenda Tietê, localizada no atual município de Pereira Barreto.

O município de Bastos⁷ foi fundado em junho de 1928, nas terras da Fazenda do sr. Henrique Bastos, sua gleba compreendia cerca de 12.000 ha. A Sociedade Colonizadora do Brasil (*Bratac*) de capital japonês, adquiriu 60% da fazenda, posteriormente, dividiu em pequenos lotes, quase que exclusivamente a japoneses imigrantes. Em Pereira Barreto, a *Bratac* financiava os imigrantes nipônicos e, também, auxiliou no saneamento da malária e da leishmaniose na região.

⁶ No Oeste Paulista, a região Noroeste era composta pelos municípios de Bauru, Lins, Araçatuba e Cafelândia, que foi a primeira região a agregar os colonos japoneses em 1930, para o cultivo do café. A outra região, a Alta Sorocabana, estava representadas pelas cidades Presidente Prudente, Assis, Ranchoraria e Presidente Epitácio, que cresceu na década de 1940 pela dinâmica da cotonicultura. A Alta Paulista tinha um grande contingente de imigrantes nipônicos que surgiram a partir do final da década de 1930, devido ao cultivo de algodão.

⁷ O município de Bastos possui uma área de 170 Km² e uma população de cerca de 21.676 habitantes, de acordo com a estimativa do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) em junho de 2007. Faz parte da 11^o Região Administrativa do Estado de São Paulo, com sede em Marília, e Região de Governo de Tupã. Está localizado entre o rio do Peixe e a Cia. Paulista de Estrada de Ferro, a oeste de Tupã. As coordenadas geográficas do município são: 21° 55' 14" de latitude sul e 50° 44' 07" de longitude W. Gr., distante em linha reta 460 km da Capital.

A fundação da Sociedade Colonizadora do Brasil – (SBC), inteiramente japonesa, remonta a março de 1929. Seus objetivos eram: a compra, venda, locação e hipoteca de imóveis, a fundação e a exploração dos núcleos colônias, a introdução e localização de imigrantes, a construção e exploração de vias férreas, estradas e todos os outros meios de comunicação, a exploração das terras e todas as atividades inerentes à colonização. Dez anos mais tarde, ela possuía, em São Paulo e no Paraná 215.000 ha, o montante total das despesas atingia 43 milhões de mil réis. Pela organização de cooperativas agrícolas, de um banco, a Companhia Japonesa podia fornecer muitos serviços a seus sítiantes, e controlá-los muito depois deles terem adquirido a plena propriedade. Ela tinha montado nas diferentes colônias máquinas de descascar arroz, de triturar mandioca, despolpar café, descaroçar algodão, fiações de seda, e ainda serrarias, refinarias de óleo, fábricas de gelo. As fazendas (colônias) distantes da via férrea eram ligadas a ela por uns serviços de caminhões e ônibus que dependiam da sociedade colonizadora. Esta era associada aos exportadores de algodão para o Japão. Enfim, como ela assumia igualmente a organização da escola, dos hospitais e subvencionava as associações culturais, a Sociedade Colonizadora do Brasil estendia seu controle sobre todas as atividades dos colonos. Uma tal potência era rendosa. Ela estava seguramente destinada a implantar um povoamento japonês e não era vão inquietar-se pela colonização nipônica. Lembremos no momento, que a penetração política se fazia sob a cobertura da pequena propriedade e que ela era apenas possível dentro da estrutura da empresa. (MONBEIG, 1984, p. 239).

A empresa procurou dirigir e proteger os imigrantes japoneses, assegurando, assim, boas oportunidades de fixá-los no Brasil. Ela estendia o seu controle sobre todas as atividades do colono. Em síntese, Viera (1973), afirma que a *Bratac* era uma empresa de economia mista constituída de capitais do Governo do Japão com investidores particulares. Ela tinha como objetivo recrutar e encaminhar os emigrantes de colonização agrícola, não os deixando isolados, mas organizando-os como colonos proprietários em um núcleo de colonização planejada.

Por outro lado, a Sociedade Algodoeira do Brasil-Japão (*Brazcot*) fundada em 1936, na cidade de Marília⁸, tinha por objetivo financiar e comprar a produção dos imigrantes japoneses no Brasil. Essa empresa também investiu no setor comercial e industrial, instalando-se máquinas beneficiadoras e construindo grandes armazéns. Para Mourão (1994), a *Brazcot* detinha em 1937, quase 50% das compras de algodão da colônia japonesa e os outros 50% era comercializados com as indústrias Anderson Clayton e Sanbra. O destino da produção de algodão dos nipônicos era para as indústrias da capital paulista, mas, sobretudo, para as exportações junto aos países do Japão e Alemanha.

A *Brazcot* adquiriu de Fernando de Almeida Prado, na cidade de Marília, em nome de um dos seus acionistas, um terreno de cerca de 10.000 m². Imediatamente foi iniciada a construção dos armazéns e importação dos Estados Unidos de 4 descaroçadoras com prensa. Em abril de 1937, terminadas as construções, a *Brazcot* iniciou a compra do algodão: cerca de 1.000.00 de arrobas (aproximadamente 15 mil toneladas), mantendo o mesmo ritmo de compra nos anos de 1938 e 1939 (VIEIRA, 1973, p. 54).

Esta empresa aumentou suas instalações em outras cidades do Oeste Paulista. Nesse sentido, foram montadas máquinas em Martinópolis e Álvares Machado. Ela ainda comprou duas máquinas, uma em Birigui e outra em São João da Boa Vista. Além disso, financiavam cooperativas agrícolas.

Com o advento da II Guerra Mundial as empresas *Bratac* e *Brazcot* em 1942, tiveram seus bens confiscados pelo governo brasileiro devido à participação do Japão no eixo Alemanha-Itália-Japão. Essas empresas foram liquidadas por ordem do Governo Federal. Sabe-se que a BRATAC foi readquirida por um grupo de japoneses naturalizados, porém, a *Brazcot* foi incorporada à *Nishibo*, um grupo de fiação de seda do Japão.

Ademais, tivemos diversas colônias nipo-brasileiras que nasceram de iniciativas “espontâneas” após os patrícios acumularem um certo capital, adquirindo, assim, pequenos lotes rurais na frente de expansão paulista, como no caso da Alta Sorocabana, a Colônia Brejão.

⁸ O município de Marília foi fundado em 24 de dezembro de 1928, hoje possui uma área de 1.170 Km² e uma população de cerca de 224.093 habitantes, de acordo com a estimativa do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) em junho de 2007. Faz parte da 11ª Região Administrativa do Estado de São Paulo, com sede em Marília e Região de Governo é a mesma. Está localizado pelo traçado da Companhia Paulista de Estrada de Ferro. Suas coordenadas geográficas: 49° 56' 46" de longitude e 22° 13' 10" de latitude Sul, distante em linha reta 432 km da Capital.

Tal colônia em 1916, deu início ao município de Álvares Machado/SP. A colônia começou a partir de duas grandes glebas. Segundo Takenaka (2003), a primeira foi adquirida pelo engenheiro japonês Kenichiro Hoshina, com uma área de 3.000 alqueires ao Sul da estrada de ferro. Já a segunda gleba, pertenceu à Naoe Ogassawara, com uma gleba de 2.000 alqueires a leste da linha férrea. Essas áreas foram divididas em lotes e vendidas aos colonos japoneses. Posteriormente, as famílias desses pequenos lotes agrupavam-se em núcleos chamados Shibus (uma espécie de associação comunitária, com o fito de preservar as tradições japonesas) num total de 16, além do Shibus central, localizada na cidade desde 1920.

A imigração japonesa deixou profundas marcas no município de Álvares Machado, principalmente no diz respeito à produção agrícola baseada na pequena propriedade privada, com uma forte tendência à policultura. Outro fato que pode ser destacado é a alta porcentagem de descendentes de japoneses na formação populacional do município, 17,7%. Isso pode explicar o fato, dos dois pontos turísticos mais importantes, serem o Cemitério Japonês fundado em 1918 (tombado pelo Patrimônio Histórico do Estado de São Paulo), e o Museu Padre Monsenhor Nakamura. Entre os eventos turísticos temos os organizados pela Associação Nipo-brasileira de Álvares Machado/SP, onde se destacam: o *undo-kai*, em homenagem ao Imperador Japonês, o *shokon-sai*, relativo ao finado japonês e o *oshogatsu*, a comemoração do ano novo.

Atualmente, a colônia japonesa encontra-se integrada numa única agremiação, há a Associação Cultural Esportiva e Agrícola Nipo-brasileira de Álvares Machado, cuja sede encontra-se no espaço urbano. Nela há um campo de gateball, um salão de festas e uma escola de língua japonesa. Seu quadro de associados apresenta um total de 153 famílias associadas que se dividem em 55 na zona rural e 96 na zona urbana (TAKENAKA, 2003).

Destacamos, aqui, o surgimento dos municípios de Álvares Machado, Bastos, Marília, Pompéia e Presidente Prudente por serem as maiores “colônias” nipo-brasileiras da região. Notamos, também, uma forte presença do Estado japonês no Oeste Paulista, tanto na produção de colônias e municípios (assentamento populacional dos migrantes nipônicos) quanto na instalação de empresas e aquisições de matérias-primas (algodão, fiação de seda etc).

Considerações Finais

A marcha para o oeste era a última etapa da expansão cafeeira no território paulista. Sua ocupação deu-se pelos trilhos da Estrada de Ferro Sorocabana, em 1919, originando, em especial, os municípios de Presidente Prudente e Álvares Machado⁹ na Alta Sorocabana. Entretanto, na Alta Paulista não foi a ferrovia que favoreceu a ocupação, mas, a rodovia que fazia ligação desse povoado com a estação da Estrada de Ferro Noroeste na cidade de Cafelândia; nela verificou-se, em especial, a formação dos municípios de Marília, Pompéia¹⁰ e Bastos. Porém, somente em 1928, quando a região já esta consolidada, chegava a Estrada de Ferro da Companhia Paulista.

Assim, o período que decorreu entre 1920 a 1950, foi muito significativo em transformações no Estado de São Paulo, e marca a incorporação do Oeste Paulista ao desenvolvimento capitalista. A introdução do imigrante e seus descendentes foram de suma importância para dinamizar a economia e a cultura dessa região.

⁹ O município de Álvares Machado fundado em 30 de novembro de 1944, possui hoje uma área de 346 Km² e uma população de cerca de 25.467 habitantes, de acordo com a estimativa do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) em junho de 2007. Faz parte da 10ª Região Administrativa do Estado de São Paulo, com sede em Presidente Prudente, e Região de Governo é a mesma. Está localizado pela Estrada de Ferro Sorocabana. As coordenadas geográficas do município são: 22° 55' de latitude sul e 51° 28' de longitude W. Gr., distante em linha reta 525 km da Capital. Tal município foi dinamizado por uma colonização “espontânea” japonesa, a Colônia Brejão.

¹⁰ O município de Pompéia fundado em 30 de novembro de 1938, hoje possui uma área de 786 Km² e uma população de cerca de 18.862 habitantes, de acordo com a estimativa do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) em junho de 2007. Faz parte da 11ª Região Administrativa do Estado de São Paulo, com sede em Marília, e Região de Governo é a mesma. Está localizado nas

Referências Bibliográficas

- ABREU, Dióres Santos. **Formação histórica de uma cidade pioneira paulista**: Presidente Prudente. Presidente Prudente: FFCLPP, 1972
- ABREU, J. Capistrano. **Caminhos antigos e povoamento no Brasil**. Belo Horizonte: Ed. USP/Itália, 1998.
- BOMTEMPO, Denise Cristina. **Os sonhos da migração**: um estudo dos japoneses e seus descendentes no município de Alvares Machado/SP. Presidente Prudente: FCT/Unesp, 2003. (Dissertação de Mestrado).
- D' INCAO, Maria Angela; Nascimento, Luís Eduardo Passos. **Presidente Venceslau**: uma região, a cidade e sua gente. Presidente Venceslau: Ed. LetrasAmargem, 2006.
- ENNES, Marcelo Alário. **A construção de uma identidade inacabada**: nipo-brasileiros no interior de São Paulo. São Paulo: Unesp, 2001.
- FAUTO, Boris. **História do Brasil**. 9º ed. São Paulo: Edusp, 2001.
- FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 25 ed. São Paulo: Nacional, 1995.
- MONBEIG, Pierre. **Pioneiros e fazendeiros de São Paulo**. São Paulo: Hucitec/Polis, 1984.
- MOURÃO, Paulo Fernando Cirino. **A industrialização do Oeste Paulista**: o caso de Marília. Presidente Prudente: FCT/Unesp, 1994. (Dissertação de Mestrado)
- SAITO, Hiroshi. **A presença japonesa no Brasil**: estudo de mobilidade e fixação. São Paulo: USP, 1961.
- SALGADO, Fernando Carlos Fonseca. **As colônias de Bastos e Pedrinhas**: um estudo comparativo de geografia agrária. Presidente Prudente: Faculdade de Filosofia, Ciência e Letras de Presidente Prudente, 1971.
- VIEIRA, Francisca Isabel Shurig, **O japonês na frente de expansão paulista**. São Paulo: Pioneira, 1973.
- TAKENAKA, Edilene Mayumi Murashita. **Raízes de um povo**: a colônia japonesa de Álvares Machado/SP. Presidente Prudente: FCT/Unesp, 2003. (Dissertação de Mestrado)